



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

BETO INFANDE

**GEPOLÍTICA AFRICANA NA GUINÉ-BISSAU: A PRESENÇA DE ANGOLA
E NIGÉRIA NA CRISE POLÍTICA DE ABRIL DE 2012**

**São Francisco do Conde
2016**

BETO INFANDE

**GEPOLÍTICA AFRICANA NA GUINÉ-BISSAU: A PRESENÇA DE ANGOLA
E NIGÉRIA NA CRISE POLÍTICA DE ABRIL DE 2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo.

São Francisco do Conde
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

I36g

Infande, Beto.

Geopolítica africana na Guiné-Bissau : a presença de Angola e Nigéria na crise política de abril de 2012 / Beto Infande. - 2016.

51 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Bas'llele Malomalo.

1. Geopolítica - África, Sub-Saara. 2. Guiné-Bissau - História - Golpes de Estado, 2012.

I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.120967

BETO INFANDE

**GEPOLÍTICA AFRICANA NA GUINÉ-BISSAU: A PRESENÇA DE ANGOLA E
NIGÉRIA NA CRISE POLÍTICA DE ABRIL DE 2012**

Monografia submetida à Banca Examinadora designada pelo Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em 30/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita /UNESP-(2010)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Ismael Tcham

Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal Pernambuco – UFPE
2016

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Doutor em Teologia pela Faculdade EST, Brasil (2009)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Dedico este trabalho à minha família, mas em especial à minha companheira Mana N'foi e ao nosso filho Blessing, que souberam sempre compreender os meus momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas, no decorrer deste curso.

Agradeço aos meus pais, Antônio Infande que já não se encontra mais neste mundo, mas sinto a cada dia a sua presença em mim e Maria Afonso a mulher mais maravilhosa do mundo, que me deram a verdadeira educação, apoio e incentivo para melhor entender este mundo que me rodeia. Os amo muito.

Obrigado meus irmãos Ivo Infande, Odete Infande, Marucas Infande, Bruno Infande, João Eusébio Imbatene *vulgo* Jonnes Copingo e demais primos/as, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre me fizeram entender que o futuro é feito a partir da coragem e constante dedicação.

Ao meu querido orientador, prof. Dr. Bas'ilele Malomalo pela paciência na orientação e incentivo, que assim, tornou possível a conclusão deste trabalho. A todos os professores da banca, Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva e Prof. Dr. Ismael Tcham, por terem compartilhado os seus conhecimentos comigo.

Meus agradecimentos aos amigos(as) da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e companheiros(as) de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida, com certeza.

À Associação dos Estudantes Africanos e Amigos da África (ASEA) pela aprendizagem e oportunidade de poder ter sido o primeiro presidente a dirigí-la.

Agradeço a todos(as) os professores da UNILAB por me proporcionar momentos de conhecimentos não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por me terem feito aprender.

À nova família que vir a ter aqui no Brasil, minha amada Diretora Ana Clara Ferreira e a sua família, Rita Portugal, Rute, Eliana, pastor Renivaldo Brito e demais outros.

Um grande beijo para a professora Flaviane Borges da UFRB, pela vontade e tempo gasto para a finalização deste trabalho.

Agredeço em especial à minha linda companheira Teresa Joaquim Quimatcha e o nosso lindo filho Blessing Infande, que sempre estão comigo desde primeiro dia dessa jornada, amo vocês mais muito e podem acreditar que esta conquista é vossa.

A desigualdade entre as nações é a raiz do político no cenário internacional.

Todas e cada uma das nações são nacionalistas. Somente as moribundas não o são. E as nações do Terceiro Mundo são nacionalistas por direito de nascimento.

Silviu Brucan

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral tratar da geopolítica da África subsaariana a partir do Golpe Militar de 12 de abril de 2012, na Guiné-Bissau, o que trouxe as disputas das grandes potências da África Subsaariana, manifestadas pela presença de Angola e Nigéria. Além disso, comporta por objetivos específicos: (1) compreender os motivos do Golpe Militar na Guiné-Bissau em 2012; (2) entender a insistência de Angola em defender o regime do Carlos Gomes Junior ex-chefe do governo guineense durante o golpe; (3) entender a insistência da Nigéria em apoiar o governo golpista na Guiné-Bissau em 2012; (4) e compreender o papel desempenhado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) durante o período do golpe de 12 de abril. Fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo nos autores de Sociologia, Relações Internacionais e da História da África. Faz parte do que se chama de pesquisa descritivo-exploratória, uma vez que se propõe a compreender vários aspectos do golpe de 2012, ocorrido em Guiné-Bissau. Conclui-se que os interesses econômicos foram os motivos principais para a intervenção da Nigéria e Angola durante esse golpe.

Palavras-chaves: Geopolítica. Golpe. Guiné-Bissau. Angola. Nigeria.

ABSTRACT

The present work has as general objective to deal with the geopolitics of sub-Saharan Africa from the military coup of April 12, 2012, in Guinea-Bissau, which brought the disputes of the great powers of sub-Saharan Africa manifested by the presence of Angola and Nigeria. In addition, it has specific objectives: (1) to understand the reasons for the military coup in Guinea Bissau in 2012; (2) to understand Angola's insistence on defending the regime of Carlos Gomes Junior, former head of the Guinean government during the coup; (3) understand Nigeria's insistence on supporting the coup government in Guinea-Bissau in 2012; (4) and understand the role played by Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and Economic Community of West African States (CEDEAO) during the period of the coup of 12 April. It is based on bibliographical research, making use of an interdisciplinary approach, appealing in the authors of Sociology, International Relations and History of Africa. It is part of what is called descriptive-exploratory research, since it proposes to understand several aspects of the 2012 coup, which occurred in Guinea-Bissau. It is concluded that economic interests were the main reasons for the intervention of Nigeria and Angola during this coup.

Keywords: Geopolitics. Coup. Guinea-Bissau. Angola. Nigeria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da África (1880-1914)	23
Figura 2 -	Mapa da África Ocidental	27
Figura 3 -	Mapa da República da Guiné-Bissau	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP-CCI -	Associação Industrial Portuguesa-Câmara de Comércio e Indústria
CEDEAO-	Comunidade Económica dos dos Estados da África Ocidental
CPLP-	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
EUA-	Estados Unidos da América
MISSANG-	Missão Angolana
ONU-	Organização das Nações Unidas
PAIGC-	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PRS-	Partido da Renovação Social
SENAI-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UA-	União Africana
URSS-	União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GEOPOLÍTICA: CONCEITO E OBJETIVO	13
2.1	CONCEITOS DA GEOPOLÍTICA	13
2.2	OBJETIVOS DA GEOPOLÍTICA	15
3	GEOPOLÍTICA AFRICANA: INSERÇÃO DA ÁFRICA NO SISTEMA INTERNACIONAL	20
3.1	OS REINOS AFRICANOS NO SISTEMA INTERNACIONAL	20
3.2	A CONFERÊNCIA DE BERLIM E A PARTILHA DA ÁFRICA	21
3.3	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A ÁFRICA	25
4	GUINÉ-BISSAU NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA AFRICANA	27
4.1	CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA GUINÉ-BISSAU	27
4.2	CONTEXTO POLÍTICO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA (1973-2012)	31
4.3	GOLPES EM GUINÉ-BISSAU E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS	33
5	GOLPE DE 12 DE ABRIL DE 2012 E AS MEDIAÇÕES AFRICANAS	37
5.1	GOLPE DE 12 DE ABRIL DE 2012	37
5.2	MEDIAÇÕES DO CONFLITO: CPLP, UA, CEDEAO	38
5.3	RAZÕES DA PRESENÇA DE ANGOLA E NIGÉRIA EM GUINÉ-BISSAU EM 12 DE ABRIL DE 2012	40
5.3.1	Mediação da CPLP e CEDEAO	42
5.3.2	O papel do Brasil durante o golpe de abril de 2012	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Ao se considerar o cenário do mundo, de maneira geral, observa-se o enfrentamento de diversos problemas que envolvem os âmbitos: econômicos, sociais, geográficos e entre outros. Com isso, vale a pena entender o jogo que se encontra no sistema internacional no qual os países centrais lutam para manter o seu domínio em relação aos países periféricos. Assim, é importante também entender esse mesmo jogo no sistema africano, a partir da geopolítica na África Subsaariana na qual a Guiné-Bissau foi o palco da disputa.

Em 12 de abril de 2012, na Guiné-Bissau, houve um golpe militar, no qual o chefe do Governo Carlos Gomes Júnior foi deposto do cargo. Antes desse golpe já tinha acontecido outros, porém não atingiram os seus objetivos porque não tinham apoio da comunidade internacional. O golpe de 12 de abril foi diferente porque alcançou esse apoio, mas tiveram muitas críticas e contraposições da comunidade internacional.

Esta pesquisa articula-se com base nessa questão central: quais as motivações ou interesses que trouxeram à tona a disputa entre duas grandes potências subsaariana, a Angola e a Nigéria, no pequeno país africano que é a Guiné Bissau?

O presente trabalho tem como objetivo geral de tratar da geopolítica da África subsaariana a partir do golpe militar de 12 de abril de 2012, na Guiné-Bissau, o que motivou as disputas das grandes potências da África Subsaariana, manifestadas pela presença de Angola e Nigéria, apoiados pela Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), União Africana (UA) e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ademais, comporta por objetivos específicos: (1) compreender os motivos do golpe militar na Guiné-Bissau em 2012; (2) entender a insistência de Angola em defender o regime do Carlos Gomes Junior ex-chefe do governo guineense durante o golpe militar em 2012; (3) entender a insistência da Nigéria em apoiar o governo golpista na Guiné-Bissau em 2012; (4) e compreender o papel desempenhado pela CPLP e CEDEAO durante o período do golpe militar na Guiné-Bissau em 2012.

Este trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo aos autores das áreas de Sociologia, Relações Internacionais, política e da História de África. Assim, faz parte do que se chama de pesquisa descritivo-exploratória, uma vez que se propõe a compreender vários aspectos do golpe de 12 de abril de 2012, ocorrido em Guiné-Bissau.

Para Severino (2007, p. 133), a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como

livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Assim, os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Segundo Santos e Candeloro (2006, p. 73), as pesquisas de delineamento descritivo-exploratória têm o objetivo fundamental de proporcionar ampla visão sobre o tema selecionado. E, sendo uma pesquisa exploratória, é válido pontuar que esta não requer a coleta de dados. Vale lembrar que por coleta de dados compreende-se a aplicação de um instrumento de levantamento de dados, tal como um questionário ou uma entrevista.

Para Severino (2007, p. 123), a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”.

Este trabalho tem em sua estrutura quatro capítulos, sendo apresentado no primeiro os conceitos e objetivos da geopolítica. No segundo capítulo é abordada a Geopolítica Africana, envolvendo alguns reinos africanos, a conferência de Berlim e a Organização das Nações Unidas. O terceiro capítulo apresenta a Guiné-Bissau no contexto da Geopolítica Africana, destacando contexto histórico e geográfico da Guiné-Bissau, bem como o contexto político econômico e social da Guiné-Bissau pós-independência (1973-2012) e, ainda, relata sobre os golpes em Guiné-Bissau desde a independência. E, no quarto capítulo apresenta-se o golpe de 12 de abril de 2012 e as mediações do conflito: CPLP, UA e CEDEAO, razões da presença de Angola e Nigéria durante o golpe de 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau. E, por fim, apresenta a inserção do Brasil durante o conflito em estudo.

2 GEOPOLÍTICA: CONCEITO E OBJETIVO

A sociedade que vivemos está cheia de conflitos na qual cada país busca a sua autonomia. Com isso, este capítulo tem por objetivo apresentar a definição e os objetivos da geopolítica a partir das ideias de alguns autores de Sociologia, política e Relações Internacionais.

2.1 CONCEITOS DA GEOPOLÍTICA

Segundo Binimelis (2006), o conceito da geopolítica além de ser uma palavra um pouco antiquada, que evoca o tradicional equilíbrio das potências da diplomacia clássica, pode ser usado no espaço territorial e no meio físico em detrimento da ideologia. Com isso, amplificará a noção de potência e do interesse nacional. Justificará as apropriações do espaço e dos recursos que inúmeras vezes implicam em uma diplomacia brutal, eventualmente em uma guerra total.

Como bem nos assegura Albuquerque (2011), o conceito da geopolítica é uma forma de influenciar os fatores geográficos de um estado. Vale lembrar que o espaço geográfico tem muita influência no poder do estado como se pode notar no caso dos Estados Unidos, Rússia, China etc., pois esses países conseguem influenciar o sistema internacional seja na política ou na economia pelo fato das suas extensões geográficas. Isso implica afirmar que a geopolítica tem como objetivo analisar os condicionamentos geográficos presentes de um povo e de seu país, com a finalidade de orientar suas ações futuras.

Para Penha (2011, p. 69), o conceito da geopolítica facilita alcançar os interesses imperialistas ou hegemônicos do Estado. Cada Estado busca ser autônomo e hegemônico, tendo em conta o medo que existe entre eles, por isso que buscam dominar os outros. Assim, verifica-se que isso resultou nas duas grandes guerras da história da humanidade e as outras guerras sucessivas que estão acontecendo, como exemplo da intervenção do Ocidente no Oriente e na África.

Para esse autor:

O Conceito da geopolítica permite [...] a expansão marítima das grandes potências, no decorrer do século XX, ocorreu num contexto de grandes inovações na indústria de armamentos, principalmente com a introdução dos porta-aviões e do submarino lança mísseis. Os porta-aviões, com a Segunda Guerra Mundial, substituíram definitivamente os encouraçados (blindados), graças à sua capacidade operacional: os aviões embarcados operam a centenas de quilômetros, enquanto no segundo os canhões têm um raio de ação de apenas 30 km. (PENHA, 2011, p. 69).

Como se pode verificar nessa citação, o conceito da geopolítica é aplicado em todas as áreas da política. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para minimizar as guerras que cada dia acontece no mundo, reconstruindo a globalização e fazendo com que o mundo seja um verdadeiro espaço de direitos iguais para todos, os quais poderão viver e gozar dos direitos como seres humanos.

A geopolítica é usada para expandir mais o espaço geográfico e econômico de uma nação. Porque o espaço quanto economia têm grande valor para qualquer Estado. Sem estes fatores, o governo terá grandes dificuldades para se sobreviver. Cita-se, como exemplo, aliado ao que foi acima explicado, ter um governo que não tem estratégia geopolítica poderá causar enormes dificuldades no que se refere a ter assento, ou melhor, ter a voz no sistema internacional.

Mesmo sem ter ainda assegurado o controle da Carreira das Índias, os portugueses procuraram estabelecer bases de comércio com a China controlando os estreitos de Malaca e o comércio na junção do Golfo de Bengala e o Mar da China. Em 1517 eles criam uma base em Cantão, e em 1520 abrem uma embaixada portuguesa em Pequim. (PENHA, 2011, p. 29).

Com uma visão global do processo de conquista, foi criada uma estratégia avançada para a época, baseada em um sistema de exploração conjunta e combinada em todos os oceanos e nos quatro continentes. Nesse sentido, o conceito da geopolítica permite acompanhar política externa do Estado, o que não é fácil, mas é fundamental para o desenvolvimento duma nação e sua inserção no sistema internacional.

Logo, é importante compreender que o cenário mundial perpassa por uma guerra, porque há nações que querem assumir o papel de líder, ou melhor, de chefe para poder impor nas outras. Como caso dos países do Ocidente que sempre buscam os seus poderios sobre os países fracos, principalmente os países africanos que sempre ficam à margem deste sistema brutal. Portanto, a geopolítica facilita a compreensão sobre as manobras que existem dentro da política internacional, na qual o forte sempre busca fortalecer e deixar o fraco sempre sob seu domínio. Portanto isto é uma das características principal que movimenta a globalização e o binarismo hierárquico dominador e dominada. Nesse sentido, exemplifica-se que o conceito da geopolítica tem como foco controlar e expandir a política externa de um Estado com o objetivo de dominar o mercado internacional em termos econômicos e políticos.

Para um país se tornar forte no sistema internacional não basta apenas ter uma economia suficiente ou ter um líder carismático, mas precisa ser eficiente no uso da geopolítica como meio para poder atrair os parceiros internacionais com objetivo de buscar

espaço no sistema internacional. Com isso, é possível entender que o espaço e o território têm grande importância na geopolítica. O sistema internacional desde sempre existe um grande jogo, onde a política de território e de ocupação do espaço é o seu papel fundamental.

Após a guerra, a intenção do governo francês era a de conter a sua expansão colonial, assumindo apenas os territórios alemães na África, em partilha com a Grã-Bretanha. Seu maior problema era com a Síria, cujo movimento de independência recrudescera em 1919 e 1920, tendo sido reprimido militarmente pela metrópole. (COSTA, 2008, p. 99).

Portanto, o conceito da geopolítica, dentre suas diversas concepções, busca centralizar mais o seu foco na expansão do território, isto é, tendo mais poder no sistema internacional.

Segundo Costa (2008), explica de uma forma esclarecedora, que os territórios, as terras e os espaços são pontos fundamentais da geopolítica. Portanto, não tem como falar da geopolítica sem falar desses pontos.

Desta forma, segundo Calveiro (2015), na geopolítica os dados geográficos e a ação política do Estado poderão ser cruzados numa forma interna ou externa. Sendo assim:

No campo geopolítico, é possível utilizar os dados geográficos e a ação política do estado que poderão ser cruzados de maneira interna ou externa, sem, entretanto, terem como finalidade buscar ideias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas para encontrar elementos para suscitar discussões acerca da atuação política do Estado tanto no âmbito local, ou nacional, quanto em nível internacional. (COLVEIRO, 2015, p. 427).

O entendimento da geopolítica em relação ao seu conceito é possível fazer cruzamento dos dados geográficos do Estado. Esse cruzamento pode ser interno ou externo para manutenção do seu território.

2.2 OBJETIVOS DA GEOPOLÍTICA

A geopolítica tem como objetivo, entre outros vários, expandir o espaço físico e político de uma nação ou Estado. Com vistas a levar em conta a importância do espaço, países buscam cada vez engrandecer os seus territórios. Quanto maior é um país, mais influência terá na política internacional. Como exemplo dos Estados Unidos, China, Rússia e demais outros países. Por tanto, a geopolítica pode ser entendida por outro lado, como uma nova forma do imperialismo para o mundo. Com isso, percebe-se que o poder militar é fundamental na geopolítica, isto quer dizer, uma nação sem poder militar é fraca.

De acordo com Nascimento (2003), a geopolítica mudou o seu objetivo que era criar uma sociedade unida, com segurança para as populações. Entretanto, passou a se preocupar mais com geoeconomia para ter mais autonomia e criar uma integração competitiva.

E, vale ressaltar que o cenário mundial está cheio de guerras, e cada Estado luta para sua sobrevivência. Quantas pessoas morrem por dia? Tudo porque as nações estão lutando para fortalecerem as suas economias, militares, territórios, dentre outros. E, se esquecem da vida humana. Por isso, deve-se repensar a geopolítica valorizando mais a vida como bem maior da nossa existência.

Resolver conflitos deve ser o papel fundamental da geopolítica, mas infelizmente ela cria mais problemas. Cada Estado tem interesses próprios que os diferenciam, isso os faz criarem rivalidades e disputas que, por fim, acabam em conflitos. Como pode-se verificar na citação seguinte:

Nesse sentido, os interesses de cada uma das partes mostravam-se muitas das vezes tão divergentes entre si que desencadeavam os conflitos armados, como foi o caso das disputas da Banda Oriental, das quais a Espanha e, mais tarde, as Províncias Unidas do Rio da Prata não abriram mão como continuação do seu território em detrimento da ocupação luso-brasileira que durou cerca de oito anos. (COLVEIRO, 2015, p. 36).

Com isso, entende-se que a nossa sociedade desde sempre passa por várias disputas, devido interesses específicos que cada nação tem, pois isso, faz dos Estados tornarem-se inimigos, esquecendo do bem-estar mútuo.

A Geopolítica estuda as relações do Estado com o Território, tendo estudos dinâmicos. Ainda interfere no estabelecimento de políticas e estratégias do Estado, pois ela preocupa-se com o passado, presente e o futuro.

No campo geopolítico, é possível cruzar os dados geográficos e ação político do Estado, que poderão ser cruzados de maneira interna ou externa, sem, entretanto, terem como finalidade buscar ideias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas encontrar elementos para suscitar discussões acerca da atuação política do Estado, tanto no âmbito local, ou nacional, quanto em nível internacional. (COLVEIRO, 2015, p. 53).

O autor expõe na citação acima, que é possível utilizar os dados geográficos e ação política do estado no campo geopolítico, sem precisar preocupar-se com as ideias abstratas e universais sobre diversos aspectos, por isso, é importante ressaltar este ponto. Entretanto, esses dados poderão ser cruzados de forma interna ou externa com objetivo de trazer mais discussões acerca da atuação política dos Estados tanto no âmbito nacional, como no espaço internacional. O Nascimento (2003) realça que as duas correntes teóricas da geopolítica,

estabelecem o território como condição básica das questões políticas de poder da nação, seja o poder terrestre de aspecto continental, seja o poder marítimo, caracterizado pela capacidade de expansão.

Fazer a diferença no cenário mundial é o objetivo de todos os países, continentes e até organizações. África no sistema internacional era um continente completamente esquecido pelos atores tradicionais quando se fala da política internacional. Porém, a pós Guerra Fria trouxe o novo marco na política africana. Assim, a geopolítica passou a ser uma forma essencial de explicar a presença africana no cenário mundial, porque ela (geopolítica) atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras.

A geopolítica tem como objetivo a reivindicação colonial, imperial, centrada em um espaço vital mediterrâneo que permitiria uma sonhada autarquia com as já clássicas informações sobre Ístria e a costa dálmata, além da Albânia e da Grécia e importantes áreas do norte da África. (FONT; RUFÍ, 2006, p. 80).

É possível perceber que a geopolítica é uma nova forma de colonização ou imperialismo dotada por países centrais para manter a sua hegemonia sobre países periféricos.

A ausência desse conhecimento básico do significado da geopolítica e a sua aplicabilidade no cenário internacional pode trazer um grande desastre na governança principalmente dos países periféricos, mas concretamente os países africanos que são muito novos autores no sistema internacional. Como afirma Correia (2010), a geopolítica discute mais sobre ecologia, recursos naturais, situações geográficas e mais. As suas preocupações com os problemas da ecologia, a sua antecipação geo-história, atenção aos fenômenos demográficos e aos problemas relacionados com os recursos naturais, indicia as novas perspectivas que a geopolítica viria assumir no pós Guerra Fria, valorizando as componentes humana e econômica da geografia.

Conforme se pode perceber, a geopolítica concentra-se na reivindicação colonial e imperial em um espaço vital do mediterrâneo que permitiria uma sonhada autarquia. E, ainda, se preocupa com problemas ecológicos, os fenômenos demográficos e os problemas relacionados aos recursos naturais, valorizando as componentes humana e econômica.

O livro de Font e Rufí (2006) é bastante complexo, pois especifica a estrutura e vários outros conteúdos da geopolítica. Nesse contexto, entende-se que o livro de Correia (2010) é menos complexo, pois não aborda todos os conteúdos de maneira detalhada e especifica. O mais preocupante, contudo, é constatar que o livro de Font e Rufí (2006) relata as informações com complexidade, enquanto que Correia (2010) fica claro nas suas informações. Nesse

mesma linha, Albuquerque (2011), destaca que a geopolítica estuda a influência dos fatores geográficos (territórios, população, recursos naturais, infraestruturas diversas e estruturas econômicas) na política do Estado e que afetam a dinâmica do sistema internacional.

O mundo está cheio de disputas, dentre as quais se percebe a luta pelo espaço, pela economia, e pelo poder militar. Com isso, a geopolítica ajuda a entender melhor o jogo que existe no cenário internacional. Assim, ficará fácil explicar a geopolítica africana com foco na África Subsaariana a partir do golpe militar em 12 de abril de 2012 em Guiné-Bissau.

A Geopolítica é um termo corriqueiramente usado e discutido na contemporaneidade, em uma sociedade tão competitiva. Devido à influência capitalista, a geopolítica é um mecanismo que cada Estado utiliza para ganhar espaço no sistema internacional, ou melhor, é uma forma dos países centrais manterem seu domínio sobre os periféricos. Com isso, a geopolítica africana não pode ficar de fora do cenário, porque ela está “no olho do mundo” devido seus recursos naturais e o seu renascimento para a política internacional.

Dessa forma, entende-se, com Santos (2007), que a geopolítica a pós Guerra Fria foi utilizada para descrever o confronto entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS):

Durante os últimos anos da guerra-fria, a Geopolítica foi utilizada para descrever o confronto global entre os EUA e URSS pela influência e o controle sobre os Estados e os recursos estratégicos mundiais. Henry Kissinger ajudou a fazer reviver o termo nos anos 1970's, usando-o como um sinônimo para o jogo de equilíbrio de poder entre as superpotências em todo o mapa político. (SANTOS, 2007).

Desta maneira faz-se entender que o final da Guerra Fria marcou uma nova face na política internacional. Antes a geopolítica era disputada entre as duas grandes correntes mundiais que são: EUA e URSS. Porém, hoje envolve todos os países com objetivo de manter equilíbrio entre os Estados.

E, entendendo a disputa que os países se encontram no sistema internacional, tornará fácil perceber a importância da geopolítica. Vale salientar que a ação geopolítica, caracteriza-se por uma determinada ação política com a finalidade de expansão, defesa e manutenção (COLVEIRO, 2015, p. 52).

A importância da geopolítica, dentre suas diversas concepções, busca maximizar a política externa, através de um planejamento adequado. Todos os países querem ser independentes e ser cada vez mais forte, por isso a geopolítica é uma forma de expandir território, defesa e economia de qualquer estado.

Desse jeito, podemos perceber que a geopolítica tem grande importância na política externa de qualquer nação ou país. Conforme afirma Becker (2007), a geopolítica sempre esteve associada ao interesse da econômica.

A Importância da Geopolítica: como ocupação regional se fez invariavelmente a partir das iniciativas extra, só geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A geopolítica esteve sempre associada a interesse econômica, mas estes foram vias de regras malsucedidas na sua implementação. (BECKER, 2007, p. 24).

A política no sistema internacional se explica a partir da geopolítica. Devido ao mundo capitalista, o ser humano tem pouco valor. Na contemporaneidade, os países da potência mundial lutam cada vez mais para fortalecerem os seus poderes, isto é, ganhando território com objetivo de ter espaço no mercado mundial. Mas, também vale ressaltar que a geopolítica se faz, baseando em boa estratégia, caso não, terá muita perda que não vai ser fácil de recuperar a perda.

Com isso, pretende-se analisar a política externa dos países africanos, isto é, buscar entender o espaço desse continente que tardiamente obteve seu processo de independência do colonialismo europeu no sistema internacional. E, isso será feito com foco nos países da África Subsaariana.

3 GEOPOLÍTICA AFRICANA: INSERÇÃO DA ÁFRICA NO SISTEMA INTERNACIONAL

Neste capítulo aborda-se sobre a geopolítica africana, mostrando o percurso da África no sistema internacional. Com isso, pretende-se trazer também um pouco da história de alguns grandes e antigos reinos africanos e, ainda, abordar sobre a partilha da África pelas potências europeias.

3.1 OS REINOS AFRICANOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

Paulo Visentini (2010), afirma que a integração da África como um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica. Surgiram ou se desenvolveram novos Estados litorâneos, como Ashanti, Benin, N'Gola, entre outros, voltados à exportação de mão de obra para as Américas.

Para Vizantini (2010), esses Estados litorâneos adotaram os princípios monopolistas do mercantilismo e produziram seus “artigos” através da guerra ou do comércio com o interior. Essa atividade proporcionava rendas que mantinham e enriqueciam os governantes, seus séquitos (aristocratas, funcionários, militares) e os comerciantes locais, além de gerar demanda para gêneros agrícolas e artesanais. Portanto, esse novo tipo de organização econômica correspondeu uma profunda reorganização de rotas, parceiros e objetivos. Assim, reagindo e respondendo às pressões do Antigo Regime (Impérios Absolutistas europeus), os africanos mantiveram os europeus encurralados em enclaves litorâneos (feitorias) e controlaram o pilar fornecedor de escravos até a crise do sistema.

A Revolução Burguesa, Atlântica, Francesa e Industrial foi na realidade, uma revolução sistêmica, cujos efeitos exigiram e possibilitaram transformações contraditórias em todos os parceiros do Antigo Regime, reunindo-os em ritmos desiguais em uma nova estrutura. O desenvolvimento do capitalismo, no entanto, provocou uma série de transformações que terminaram por romper o sistema e provocar uma revolução originada no polo central, a qual afetou profundamente todo o mercantilismo.

M'Bokolo (2011), destaca que o Reino Asante ocupa uma posição preponderante no processo de constituição do Estado na África pré-colonial. Como acontece com maioria das formações políticas da época, o fator militar surge como determinante na gênese e no desenvolvimento desse reino: além disso, a história de Asante permite-nos pôr em evidência o

caráter problemático da influência dos fatores exógenos nos devir das sociedades políticas africanas, singularmente durante o século XIX, período de grande ebulição política e econômica das nações europeias, as mais poderosas das quais espreitavam todas as oportunidades de anexação, de controle “informal” e de influência na África.

Visentini (2010) e M´Bokolo (2011) explicaram que a África, a partir dos seus Reinos, se inseriu na política internacional. A integração da África foi um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna que possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica, como o caso do Reino de Asante que ocupa uma posição preponderante no processo de constituição do Estado na África pré-colonial.

Transformações materiais, políticas e ideológicas na origem e no resultado dessa revolução intensificaram o tráfico de escravos e a sua condenação. Os Estados do litoral da África, monopolizadores da exportação de escravos, descobriram alternativas para sua crise no desenvolvimento paralelo do chamado “tráfico legal” de matérias-primas e insumos localmente produzidos. O efeito imediato foi o surgimento de novos tipos de produtos de comércio livre (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim) e da nova atividade mercantil, ao mesmo tempo em que autoridades e traficantes locais introduziam no continente a produção escravista em larga escala para suprir as lavouras de exportação (*plantation*), características do continente americano. (VISENTINI, 2010, p. 50-51).

Portanto, Visentini (2010) quer com isso afirmar que esse processo transitório gerava instabilidade e transformação em todo o planeta, provocava tensões internas, disputas pelo controle de áreas de produção e de escoamento, mas mantinha o controle da produção e os principais ganhos nas mãos africanas e de seus Estados independentes, os quais jogavam com os importadores. A crise e as instabilidades das mudanças, acompanhadas pela luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos, determinam novo tipo de ocupação europeia no litoral. Eram, então, necessárias bases navais para a repressão ao tráfico negreiro, áreas para devolução de ex-escravos e para controle de rota de exportação de produtos legais (produzidos por escravos e homens livres em terras de propriedade comunitária no interior africano).

3.2 A CONFERÊNCIA DE BERLIM E A PARTILHA DA ÁFRICA

A multiplicação do interesse para terras africanas começou a partir da disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos como Ashanti, Benin e N´gola. Esses controlavam ferreamente as exportações de novos produtos (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e

marfim), e a partir da década de 1870, com a crise econômica essa disputa foi potencializada. Com isso, para os europeus, era fundamental iniciar o comércio direto para os produtos africanos e os manufaturados europeus. Nesse sentido, tornou-se necessária uma ruptura do controle do acesso ao interior, que estava sob domínio dos Estados do litoral. Esses Estados vinham, ao longo do século XIX, criando impérios tributários com a subjugação dos vizinhos menos próximos e, assim retribuindo a repressão ao tráfico de escravo.

Para Visentini (2010, p. 52), o outro aspecto decorrente do processo foi a internacionalização, no continente, da escravidão moderna, para atender a demanda do comércio legítimo dos novos produtos. Essa situação (a utilização de escravos na produção africana) provocava o aumento da intervenção filantrópica (via missionários) e da pressão sobre os estados europeus para intervir, com o estabelecimento de consulados e agentes para firmar acordos de proibição do tráfico de escravos e de liberalização de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse.

O autor na citação acima, afirma que, para atender a demanda do comércio legítimo dos novos produtos, para poder dar o fim à escravidão, esse fato (a utilização de escravos na produção africana) incentivou o aumento da intervenção filantrópica a partir dos missionários e da pressão sobre os Estados europeus para intervir, com o estabelecimento de consulados e agentes com objetivo de criar acordos para proibição do tráfico de escravos e de liberação de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse.

A discussão sobre a hierarquia do poder internacional no Sistema Interestatal Capitalista reascendeu com vigor nos entrantes anos 2000, do mesmo modo que a África reapareceu como importante continente para as estratégias e a competição entre as potências que buscam alcançar a hegemonia no Sistema Mundial. O ciclo econômico expansivo – a partir da ascensão chinesa – reintroduziu a África como um importante ato econômico, sobretudo, pela estratégica capacidade de fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos. Do mesmo modo, a ascensão econômica chinesa supõe novas preocupações político-militares, recolocando a África como importante cenário geoestratégico (CUCO; VIANA, 2015, p. 12).

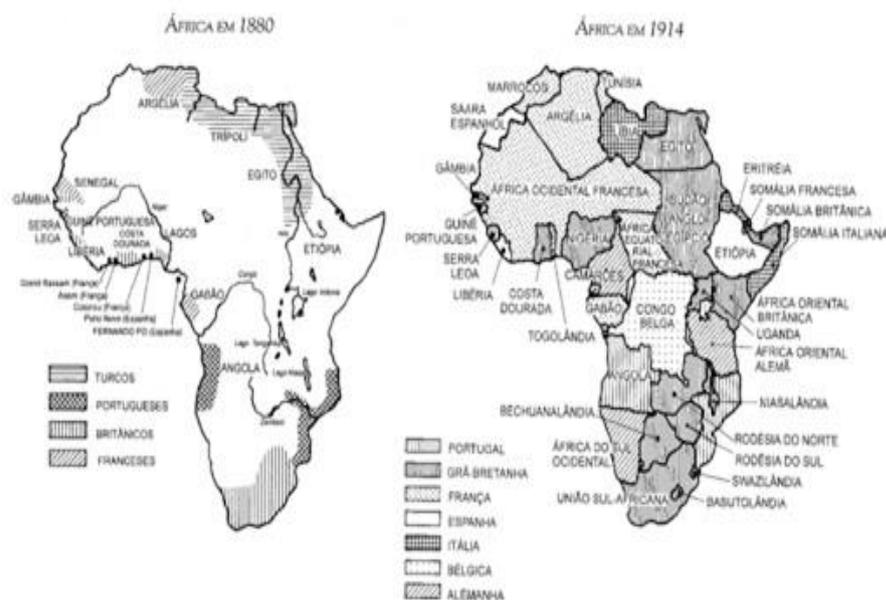
Por isso, vale a pena ressaltar a importância da China para o crescimento do continente africano nos últimos anos. A economia africana reascendeu nos anos 2000, como um novo gigante na competição entre as potências no sistema internacional a partir da ascensão chinesa, pois ela reintroduziu a África como um importante ator econômico com a capacidade de fornecer matérias-primas aos países desenvolvidos.

Visentini (2010) destaca que frente aos tradicionais parceiros nas relações da Europa com o continente africano – Inglaterra, França e Portugal –, que deslocaram os outros da época mercantilista, surgem novos competidores: o rei Leopoldo II, da Bélgica, e empresários

alemães. Se o primeiro pretendia construir um império colonial privado na África Central, os segundos desejavam estabelecer esferas de influência no litoral dos territórios com projeção para o interior, nas áreas não controladas pelas potências tradicionais. Métodos privados, através de empresas que recebiam apoio estatal e de entidades filantrópicas, foram empregados. Associações aparentemente internacionais de exploração, além de companhias com carta de direitos emitidos por potências europeias, mesclaram-se nessa corrida gerando desconfiança recíproca e instabilidade.

Portanto, ao invés de colocar um fim ao processo de partilha da África, a conferência de Berlim o intensificou. As potências enviavam expedições secretas e militares a fim de travar contato com os chefes locais e submetê-los ao seu domínio, no caso de um contato pacífico ou, caso contrário, forçá-los a isso, em um gesto de violência que em algumas regiões chegou a exterminar populações inteiras.

Figura 1 - Mapa da África (1880-1914).



Fonte: Q.I. EDUCAÇÃO (2011)¹

Portanto, é importante explicar o significado da Partilha da África. Ela é um processo realizado pelas potências europeias na conferência de Berlim para divisão da África que ocorreu entre os anos de 1884 e 1885.

¹ Disponível em: <<http://www.qieducacao.com/2011/01/partilha-da-africa-partilha-africa.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Mas, antes da conferência de Berlim, os colonizadores com interesse em colonizar a África já enviavam regularmente expedições científicas, militares e religiosas a intenção de iniciar a ocupação europeia em zonas não atingidas pelo comércio e troca de mercadorias. Os principais países envolvidos foram Portugal, França, Alemanha, Itália, Bélgica e Espanha. Essa competição das potências ficou conhecida como “*corrida colonial*”.

Segundo Visentini (2010), exploradores e viajantes, agindo por representação ou autonomamente, estabeleciam, por onde passavam tratados e acordos pessoais em benefício de Estados europeus, sob a forma de cessão de soberania ou de estabelecimento de esferas monopólicas de proteção. Portugal tentou fortalecer, com reconhecimento internacional, seu controle sobre a foz do Rio Congo, sendo barrado pelo governo britânico. Essa situação, em uma área de intensa disputa, proporcionou as condições para a convocação de uma conferência internacional em Berlim, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885. Seus objetivos explícitos eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial e a atuação humanitária no continente. Na conferência foram estabelecidas regras para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes. O mundo liberal venciu o protecionismo.

A conferência de Berlim ocorreu principalmente por quatro motivos. Em primeiro lugar, a intenção do Rei Leopoldo II da Bélgica criar uma colônia na região do Congo, cobiçada por outros países. E, procurando ganhar destaque, Leopoldo II se apresentava como um filantropo interessado em ajudar os povos originários da África, quando, na verdade, seu desejo era ser o dono pessoal de um império, segundo nos contam os historiadores.

O segundo fator que acelerou o processo de partilha da África foi um famoso mapa apresentado por Portugal, que ficou conhecido como “*mapa cor-de-rosa*” em função das pretensões portuguesas receberem esta cor. Este mapa pretendia transformar o território português em uma faixa que ligava os territórios de Angola e Moçambique, ligando o continente de leste a oeste, procurando colocar sob o domínio português regiões que interessavam a países muito mais poderosos que Portugal. Em terceiro e quarto lugar, é preciso mencionar o expansionismo francês, que procurava atingir territórios principalmente na África do norte e a intenção inglesa de fazer do rio Congo e Níger uma área de livre navegação, em função de seus interesses comerciais.

Diferente do que comumente se imagina, não foi na Conferência de Berlim que ocorreu todo processo de partilha da África. Pelo contrário, a maior parte dos documentos que definia a partilha das terras foram acordos bilaterais realizados em sua maioria após a conferência. Entretanto, alguns pontos importantes foram definidos em seu decorrer. Os rios

Níger e Congo se tornaram de fato áreas de livre-navegação, Leopoldo II conseguiu apoio para criar o Estado Livre do Congo e foi instituído o princípio do *hinterland* para a ocupação das terras. Isso equivalia a dizer que o interior de uma região pertence à potência que se estabeleceu em seu litoral, desde que sua presença esteja de fato consolidada.

Com isso, percebe-se que a partilha da África deu-se em uma perspectiva econômica e de mercado. Pois isso trouxe grande prejuízo para os países africanos porque o que interessava não era vida das pessoas que ocupavam esses países, mas sim, as riquezas. Os europeus são piores “diabos” para o continente africano porque fizeram toda a maldade para destruir esse continente.

3.3 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A ÁFRICA

A organização das Nações Unidas surgiu no final da Segunda Guerra Mundial em 1945 com objetivo de manter a paz no mundo. Com criação dessa organização, países africanos começaram a criar estratégias de luta contra os colonizadores em favor das suas independências.

A Organização das Nações Unidas, tal qual a conhecemos atualmente, é o produto de dois fenômenos históricos fundamentais produzidos no século XX: a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização iniciado ao final deste conflito. A Segunda Guerra Mundial evidenciou a urgente necessidade de se criar um organismo mundial destinado à conservação da paz. A descolonização transformou a composição do organismo instaurado e modificou o equilíbrio de opiniões no seio das suas mais representativas instituições.

[...] O conflito mundial e o processo de descolonização estavam ligados e, de fato, a África esteve intimamente associada a estes dois episódios da história planetária. Os horrores e as destruições da Segunda Guerra Mundial haviam preparado a opinião pública internacional para outra tarefa de pacificação do mundo, conduzida por um organismo mais representativo que a Sociedade das Nações e do qual igualmente esperava-se maior eficácia. A brutalidade da agressão e dos crimes de guerra, a obscenidade e a desumanidade do genocídio cometido contra os judeus e outros povos, a própria amplitude do aniquilamento. (KOUASSI, 2010, p. 1053-54).

Porém segundo esse autor, o novo organismo mundial não deve a sua estrutura unicamente à guerra. Como nós o veremos, ele carrega a marca da descolonização, pois que numerosos países, anteriormente submetidos ao regime colonial, alcançaram a independência durante os vinte e cinco primeiros anos da sua existência. Em 1980, o número de membros da ONU passara de 51 para 157. A este respeito, as mutações incidentes sobre a África eram,

sem dúvida, a ilustração mais notável desta evolução. A África saiu deste modo e progressivamente, da sua condição de dependência e de sujeição, dedicando-se, sobretudo a partir de 1960, a conquistar com confiança e fervor o seu estatuto de continente composto de nações soberanas, buscou equilibrar as suas relações com o resto do mundo.

Pode-se afirmar que, a Organização das Nações Unidas ajudou os países africanos a conquistarem as suas independências. Porém, também se podem observar as suas críticas, porque com a proclamação do direito universal em 1948, os países africanos estavam sobdomínio dos colonizadores.

Para Kouassi (2010), em 1945 a África estava muito mal representada no seio das Nações Unidas; esta representação ocorria, poder-se-ia dizer, simbolicamente, por quatro Estados teoricamente independentes: a Etiópia, a Libéria, o Egito e a África do Sul. Ademais, ela estava ausente na partilha, geográfica e proporcional, das cadeiras não permanentes do Conselho de Segurança exigidas pelo artigo 23 da Carta das Nações Unidas, em seu parágrafo primeiro. O acordo, em vigor desde 1946 no âmbito da Organização, repartia as cadeiras não permanentes entre as diversas regiões do mundo, em função do seguinte barema: duas para a América Latina, uma para a Europa Ocidental, uma para a Europa Oriental, uma para o Oriente Médio e uma para o Commonwealth. A África era das cadeiras das Nações Unidas, e somente mais tarde ou seria, em 17 de dezembro de 1963, quando a resolução 1991 (XVIII) da Assembleia Geral far-lhe-ia justiça, atribuindo à África e à Ásia cinco das dez cadeiras não permanentes no Conselho de Segurança.

Por fim, neste capítulo pode-se entender que a África já antes da ocupação europeia tinha mantido comércio com outras partes de mundo devido aos seus grandes reinos que, por último, foram destruídos pelos interesses europeus. A conferência de Berlim foi a pior desgraça para África, essa oficializou o tráfico e dividiu esse continente em favor das potências europeias. Porém, a Segunda Guerra Mundial começou a mudar esse cenário, a partir da criação da Organização das Nações Unidas em 1945, essa que tem objetivo promover a paz em todo mundo. Com fim da Segunda Guerra Mundial, os movimentos para descolonização da África começaram criar as suas estratégias que, por fim, lutaram e tomaram as suas independências.

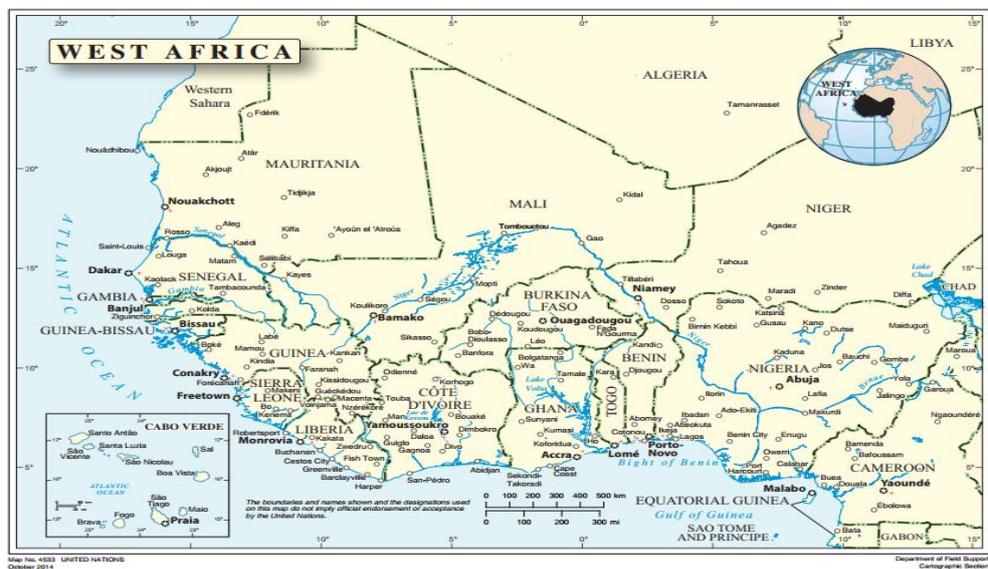
4 GUINÉ-BISSAU NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA AFRICANA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a Guiné-Bissau na geopolítica africana. Para tanto analisará o seu contexto histórico e geográfico e ainda falar sobre o contexto político econômico pós-independência (1973-2012) e por fim analisar os sucessivos golpes desde a independência.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA GUINÉ-BISSAU

Este país, nomeado oficialmente República da Guiné-Bissau, está localizado na África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrados de área, com uma população estimada de 1,6 milhão de pessoas.

Figura 2 – Mapa da África Ocidental



Fonte: ONU (2014)²

² Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/westafrika.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Guiné-Bissau fazia parte do Reino de Gabu, bem como parte do Império Mali. Partes deste reino persistiram até o século XVIII, enquanto algumas outras estavam sob domínio do Império Português desde o século XVI. No século XIX, a região foi colonizada e passou a ser referida como Guiné Portuguesa.

Após a independência, declarada em 1973 e reconhecida em 1974 pelo colonizador português, o nome de sua capital, Bissau, foi adicionada ao nome do país para evitar confusão com a Guiné (a antiga Guiné Francesa). A Guiné-Bissau foi à primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal.

Segundo Diop, Birmingham et al (2010) destacam que a política colonial portuguesa tomou outros rumos em 1930, ocasião em que António Salazar, conselheiro financeiro do regime militar que em 1926 derrubara a república liberal, se torna ministro dos assuntos coloniais. Portanto, as principais medidas visavam criar uma ditadura civil semifascista – o Estado Novo- ela consistia em subordinar os interesses econômicos das colônias aos interesses da metrópole. Para enfrentar a grande crise econômica mundial e a interrupção do fluxo de remessas de fundos dos portugueses de além Atlântico, Portugal reduziria radicalmente os serviços da administração metropolitana e imporá com todo o rigor uma nova política cujo objetivo era extrair a riqueza da África.

Para Diop, Birmingham et al. (2010), o interesse em extrair a riqueza africana, tanto Portugal como a França adotaram o mesmo sistema hierárquico para a administração das suas colônias, comportando desde o governador-geral até os chefes de circunscrição, todos submetidos às leis e diretrizes decididas pelo governo de Lisboa e dotados de poderes similares àqueles dos seus colegas franceses. Autocrata e antidemocrata na metrópole, o “fascismo” português reforçava os métodos dirigistas em vigor nas colônias.

Os autores supracitados afirmam que mesmo antes do período fascista, Portugal geralmente praticara na África uma política de segregação, sobretudo após 1910. Esta política relegava o autóctone ao fundo da estrutura social. Os “indígenas” tal como nas possessões francesas tinham poucos direitos e estavam submetidos ao trabalho obrigatório cujo caráter representava, por pouco que não, a continuação da escravatura. A ausência de inovação caracterizava singularmente as colônias portuguesas que também suportavam uma exploração mais intensa.

Para melhor assegurar a sua dominação, o regime de Salazar teve que encontrar aliados. O acordo sobre as missões, assinado com a Santa-Sé em 1939, desdobrar-se-ia em uma concordata no ano seguinte: as missões católicas se tornaram o braço do Estado na educação da população africana. Isto não trouxe efeito maior ou mais grave a São Tomé e

Príncipe e tampouco ao Cabo Verde, mas criou dificuldades constantes para a Guiné, onde a população, apegada às tradições e reforçada pela importante presença do islã, resistiu à tentativa de “catolização” da colônia. As missões receberam alguns subsídios do Estado, mas foram obrigadas a financiar a tarefa, a qual elas haviam proposto – um mínimo de escolarização – contando com os donativos obtidos junto aos crentes. (DIOP, BIRMINGHAM et al (2010, p. 76).

Vinculados às esquerdas internacionais de diversas maneiras, intelectuais e funcionários administrativos cabo-verdianos e guineenses, impressionados com os resultados da Revolução Russa, ocorrida em um país pobre, asiático, que, ao menos em parte, vê o mundo em uma perspectiva não europeia, pouco a pouco formam um grupo de ativistas, cuja palavra de ordem é a libertação dos povos coloniais oprimidos. (HERNANDES, 2002, p. 161).

Para Hernandez (2002), as relações entre os primeiros ativistas com as esquerdas internacionais e o surgimento do nacionalismo em províncias como a Guiné Portuguesa e Cabo Verde revestem-se de alto grau de complexidade. A heterogeneidade em torno das preferências ideológicas some-se o pouco preparo teórico e pragmático na organização de movimentos contestatórios, além das dificuldades impostas pela censura e pela repressão do governo português, acentuadas com Salazar.

Em 1953 havia um número reduzido dos acadêmicos na Guiné-Bissau, este fator motivou ao Engenheiro Amilcar Lopes Cabral a optar para numa formação aos militantes para poder entender o conceito da unidade e lutar contra o colonizador.

Hernandes (2002) enfatiza que, com esse propósito, Cabral reúne-se com alguns companheiros e juntos decidem fundar um Clube Desportivo e Cultural para educar civicamente os jovens, sensibilizando-os para a necessária remoção das injustiças da ordem social imposta pela Metrópole. No entanto, o grupo conta com pessoas de condição social diversa e, exatamente por reunir nativos e assimilados, acaba levantando suspeitas e sendo denunciado ao governo que não tarda em fechá-lo.

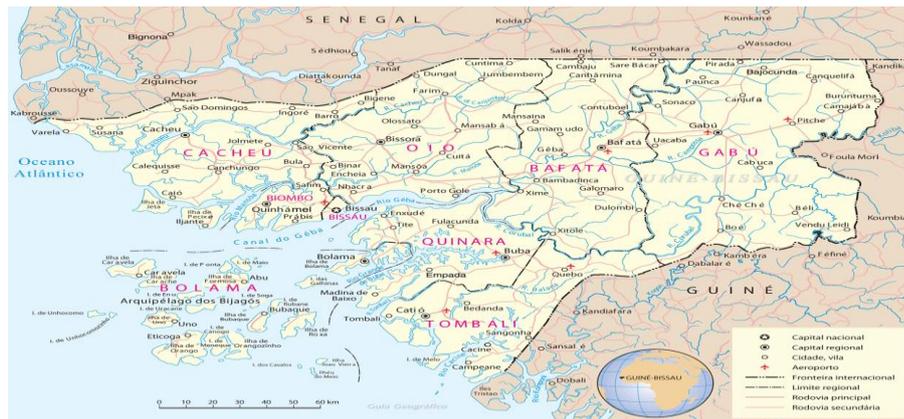
Para Hernandez (2002), a vida efêmera do clube não os faz desistir; ao contrário, instiga-os a formar uma organização capaz de iniciar uma luta cada vez mais ampla para a conquista das independências nacionais da Guiné e de Cabo Verde, condição crucial para que sejam extintas as injustiças e se resgate a dignidade. Com esses “conteúdos de esperança” Amilcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpam fundam, em setembro de 1956, o Partido Africano para Independência e a Unidade dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cuja a divisa é “Unidade e Luta”. Conscientes da

fraqueza de sua auto-suficiência, e ao mesmo tempo sensíveis à necessidade de uma ampla ação coletiva, constituem-se em vanguarda, confirmando a liderança Amílcar Cabral como o grande condutor nacional. Fazem parte da sua própria organização algumas ações fixadas estatutariamente, perfilando-se, ao lado da conquista da independência nacional, os objetivos de progresso econômico, desenvolvimento social e cultural e democratização da Guiné e de Cabo Verde.

Para Hernandez (2002), essa consciência da necessidade de modificações radicais é o núcleo político do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Conseqüentemente, para lutar com eficácia por esses objetivos, os ativistas voltam-se para uma estratégia revolucionária composta por ações conjuntas, de primária importância, determinadas para articulação de duas vertentes. A primeira refere-se ao estabelecimento da unidade e organização essenciais para dominar a tática e a estratégia de uma luta efetiva no território guineense e aos poucos também nas ilhas de Cabo Verde. A segunda diz respeito ao apoio de movimentos e partidos de âmbito internacional nos continentes africano e europeu.

Portanto, percebe-se que na luta pela libertação houve estratégias dos militantes do PAIGC, no comando do Amílcar para expulsar os portugueses do país. A luta durou 11 anos, muitas vidas foram, mas por fim a Guiné-Bissau como Cabo Verde conseguiram expulsar os portugueses e ficam livres da opressão.

Figura 3 - Mapa da República da Guiné-Bissau



Fonte: Yahoo (s.d)³

³Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/yhs/search?hsimp=yhs-006&hspart=CND&type=A2E3463EF79_s58_g_e_d_n&p=mapa%20da%20Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em: 10 nov. 2016³

A independência das colônias portuguesas foi muito diferente com as colônias da Inglaterra, França. Essas negociaram as suas independências de uma forma pacífica mediante a realização de mesas-redondas e debate entre partidos, no que tange à África Portuguesa, por sua vez, ela foi longa, violenta e sangrenta, que transformou em uma verdadeira guerra de libertação.

De acordo com Canale e Abuhen (2010, p. 219):

Enquanto as colônias britânicas e francesas da África Ocidental haviam todas alcançadas a sua independência em 1965, a Guiné Bissau e as ilhas do Cabo Verde, assim como as duas outras colônias portuguesas, Angola e Moçambique, não conseguiriam libertar do colonialismo português senão em 1973 e 1974. Segundo esses autores, embora a conquista da independência nas outras colônias da África do oeste tenha, em seu conjunto, sido pacífico mediante a realização de mesas-redondas e debates entre partidos, no que tange à África portuguesa, por sua vez, ela foi longa, violenta e sangrenta, transformando-se em uma verdadeira guerra de libertação.

Com base nas ideias dos autores, percebe-se que se não for a luta armada, Portugal não deixaria as suas colônias. Os portugueses foram os primeiros colonizadores e exploradores europeus que chegaram à África no século XV e foram os últimos a deixarem nesse continente nos anos setenta. Pois vale a pena salientar que eles destruíram e mataram muita gente durante a sua presença nas colônias. A Guiné-Bissau e Cabo Verde como as outras colônias, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe só podiam ficar livres da opressão portuguesa a partir de uma luta armada que foi muito sangrenta, mas era o único meio para expulsar os portugueses. Porque a derrota e a humilhação que portugueses sofreram na Guiné-Bissau levou ao levante militar de 25 de abril de 1974 em Portugal, que acabou por derrubar o regime Salazar, reconhecendo a independência da Guiné-Bissau e das demais colônias.

4.2 CONTEXTOS POLÍTICO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA (1973-2012)

A situação econômica e política é o maior problema da Guiné-Bissau desde a sua independência. Ela não conseguiu ultrapassar esses problemas até hoje devido sucessivas instabilidades que o país tem enfrentado. A Guiné hoje faz parte de um dos países mais pobre no *ranking* mundial, mas isso é por falta de seriedade e responsabilidade dos chefes guineenses, que desde a independência só passam tempo em roubar o erário público, isto quer dizer, que eles só preocupam com seus familiares e os pobres sempre ficam naquele sofrimento de sempre. A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais que se esses

recursos fossem administrados duma forma responsável, ela seria uma “Suíça da África” como dizia o grande pensador e líder da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde o Eng. Amílcar Lopes Cabral.

Conforme Santos (2015), destaca-se:

O pequeno país africano detém quantidades substanciais de recursos naturais e em larga medida inexplorados—como petróleo, bauxita, fosfato, ouro, urânio, níquel e outros oferecem boas oportunidades de investimento por força da escassez de infraestruturas e de uma economia subdesenvolvida - e goza de uma localização estratégica com implicações para a segurança e estabilidade regional e internacional—situa-se no caminho entre a América do Sul e a Europa, bem como na porta de entrada para o Golfo da Guiné.

Plácido dos Santos (2015) evidencia na citação acima que o problema da Guiné-Bissau não é a falta de recursos naturais, com isso, podemos confirmar que a pobreza do país foi construída pelos próprios líderes guineenses. Foi construída por eles devido à falta de responsabilidade na liderança. Expõe-se a falta de responsabilidade porque ao se fazer uma comparação em termos de recursos com outros países, por exemplo, Cabo Verde o “país irmão da luta”, se entenderia melhor o porquê a nossa insistência em acusar os líderes guineenses de irresponsáveis.

A colonização portuguesa nas suas ex-colônias: Guiné-Bissau, Angola, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe ou Moçambique, teve uma característica singular na sua imposição. Por mais que existam aqueles que lutaram para a emancipação dos seus povos, há aqueles que se beneficiaram com a desgraça dos outros. Na Guiné-Bissau a nomenclatura dada àqueles que se apresentavam como “*bons cristão*”- os Grumetus mestiços tinham certo privilégio em relação aos outros considerados “*nativos*”. É nessa estratégia que os colonos conseguiram criar uma camada de elites que se apoderou do aparelho burocrático do Estado pós-independência, que se perpetua até os dias de hoje. (Sá, 2010, p. 42).

Para Franklin Gomes Correia de Sá (2010), a colonização europeia trouxe a grande desigualdade e ódio entre os combatentes da luta. Os místicos tinham mais privilégios em relação aos nativos, pois isso criou ciúmes e ódio entre as partes que por fim trouxe grande divisão dentro o mesmo partido libertador o PAIGC.

É muito lamentável a situação da Guiné-Bissau, com tanta riqueza que ela tem e mesmo assim está no *ranking* dos países mais pobres do mundo. Com isso, pode-se perguntar por que isto está acontecendo? Conforme posicionamento já exposto, é dividida a falta de responsabilidade na liderança. Porque é inacreditável saber da riqueza que o país e até hoje não conseguiu ter, no mínimo, uma universidade pública. As escolas públicas passam por

várias greves, por falta de pagamentos dos professores que levam mais de que seis meses sem receber.

Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI) (2014) destaca o seguinte:

A Guiné-Bissau é altamente dependente da agricultura, que representou 47,3% do PIB em 2012. Apesar do considerável potencial económico de que o país dispõe na exploração de recursos minerais, a sua exploração é ainda limitada, consequência da elevada instabilidade política recorrente em que o país vem vivendo nos últimos anos. (2014)

Com essa citação, percebe-se que o motivo de não crescimento económico da Guiné-Bissau, é devido a instabilidade política que o país tem passado, na qual muitas vidas foram ceifadas e não tem justiça até hoje. Mas também é ressaltar que os militares eram vistos como autores da instabilidade na Guiné-Bissau, mas esta visão começou a mudar a partir de atitude do atual presidente da República José Mario Vaz (Jomav) que destituiu do cargo quatro primeiros ministros oriundos do mesmo partido (PAIGC), em menos de dois anos de mandato, mas o chefe das forças armadas General Biaguê Na Tan pediu que os militares ficassem calmos deixarem os políticos resolver os seus problemas, que na verdade até hoje o país continua na mesma instabilidade, e isso serve de um exemplo claro que os políticos são os que estão destruindo o país, mas escondem atrás dos militares.

Portanto, entende-se que a estabilidade política é indispensável para crescimento económico de qualquer que seja Estado. Por isso, os líderes guineenses devem primeiro preocupar-se mais na consolidação da sua democracia, isto é, respeitar o povo e tendo como o principal autor da democracia, com isso, quer dizer promover justiça para todos e punir os que merecem, porque a justiça o principal fator para estabilidade e desenvolvimento do Estado.

4.3 GOLPES EM GUINÉ-BISSAU E SUAS CONSEQUENCIAS POLÍTICAS

A colonização portuguesa deixou grandes marcas negativas para a Guiné-Bissau, onde até hoje esse país lusófono não conseguiu encontrar o seu próprio destino, isto é, consolidar a sua democracia, pois passou os seus 43 aniversários em sucessivos golpes. A instabilidade na Guiné-Bissau foi herdada logo no mato durante a luta da libertação, onde iniciou as rivalidades entre os luso-africanos (crioulos-caboverdianos) e etnorurais (etnias rurias-guineenses). Os etnorurais eram os que lutavam mais para a libertação do país, só que não tinha nível da escolaridade, e os luso-africanos eram aqueles que tinham oportunidade para

estudar, por isso participaram pouco na luta. Isso trouxe muita ameaça para os etnorurais porque se sentiam excluídos na ocupação dos cargos o que acabou por motivar o primeiro Golpe Militar em novembro de 1980, liderado por General Nino Vieira (guineense), derrubando o governo liderado por Luís Cabral (cabo verdiano).

Essa hegemonia dos luso-africanos, proponentes da estratégia de desenvolvimento urbano-industrial como etapa para chegar ao socialismo, foi interrompida pelo golpe de Estado liderado por Nino Vieira em novembro de 1980. Entre outras causas apontadas pelo novo bloco hegemônico como razões que motivaram o bloco a tomar o poder pela força, foi a insatisfação dentro da ala guineense do PAIGC, isto é, o novo bloco hegemônico, em relação a nova constituição elaborada, anunciada pelo partido como comum para os dois países, mas que, de fato, continha diferenças políticas sensíveis. As duas diferenças que a ala guineense refutava, eram: primeiro, a constituição cabo-verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade. E, segundo, a constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena. Essas diferenças levantaram suspeitas dos guineenses sobre a intenção do governo Luis Cabral de institucionalizar o domínio de Cabo-Verde sobre a Guiné-Bissau e de usar medidas repressivas para mantê-lo. (JAUARÁ, 2006, p. 128).

Jauará (2006) deixa bem claro na citação acima o que motivou o primeiro golpe no país, havia muito medo dos guineenses em relação a hegemonia cabo-verdiana. E, esse medo veio desde luta da libertação como já foi apresentado anteriormente. E, devido a morte do Engº Amilcar Lopes Cabral, o pai da luta da libertação da Guiné e Cabo Verde, o general Nino Vieira foi muito criticado, pois alegava-se que ele mandou matar o Amilcar por esse ser da origem cabo verdiana. E, essas rivalidades trouxeram profunda crise política dentro do mesmo partido PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde).

O golpe foi interpretado pelos velhos combatentes guineenses do PAIGC como uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, realizando a ideia de que os próprios guineenses podiam dirigir o país. Vale salientar que uma ala de cabo-verdianos controlava a chefia do aparelho estatal e foram os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização na Guiné-Bissau. E, o golpe de 1980 sela a separação política entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, acabando com o sonho de unificação destes dois países. É importante saber que, além dos conflitos no interior do partido, o golpe de estado de 1980 trouxe á tona os conflitos ideólogos. (SÁ, 2010, p. 23-24).

Ao se cruzar as ideias dos autores Franklin Gomes Correia de Sá (2010) e Manuel Jauará (2006), entende-se que os dois têm mesma opinião sobre o golpe de 1980. Eles mostram que esse golpe foi o fruto das rivalidades internas existentes no partido entre duas alas. Os etnorurais não se sentiam confortáveis com os luso-africanos, pois se entendiam que estavam na eminência de perder espaço dentro do partido. Mas vale a pena perguntar, será que já acabou o golpe na Guiné com a separação dos dois países irmãos da luta? É claro que não,

porque vinha tendo outros golpes o de 1998 liderado pelo recém-demitido Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Brigadeiro Assumane Mane tirando o Nino Vieira no poder, o de 2003 dirigido por ex-chefe de estado maior Virissimo Ciabra Correia derrubando o mandato de Dr. Kumba Iala o líder e fundador do PRS- Partido da Renovação Social e o pai fundador da democracia na Guiné, o golpe de 2 de março de 2009 liderado por Zamora Induta que acabou por tirar a vida do presidente Nino Vieira no mesmo dia com a do General Tagmi Na Wai e, por último, o de 12 de abril de 2012 liderado pelo General Antônio NDjai tirando o ex-chefe do governo, Carlos Gomes Júnior. E, ainda, vale ressaltar que tinha muito assassinato durante esse período. O golpe vai ser o foco no seguinte capítulo.

Conforme o Jaurá (2006), desde a independência até 1984, o país era liderado por um único partido PAIGC, pois tudo estava sob domínio desse partido. O PAIGC é o partido libertador, mas que também é a pior instabilidade do país até hoje. Esse partido liquidou muitas vidas dos seus próprios membros, semeando ódio e rivalidades a cada dia, porque hoje o seu discurso é mais *etnicismo ou tribalismo*, isto é, apontam etnias em especial *etnia balanta* como fator principal da instabilidade, que também acabou por tirar muitas vidas desse grupo étnico. Como o caso de 17 de outubro de 1985 que tirou a vida de muitos oficiais inocentes em maioria da etnia “*balanta*”, e tudo passou sem justiça alguma, justificando que os balantas são instabilidade para o país, esquecendo que o maior inimigo dos portugueses na luta pela libertação da Guiné-Bissau são balantas porque foram eles que expulsaram os portugueses do país.

O fato de o candidato Kumba Iala ter sido votado massivamente na região Norte logo na primeira volta das eleições, nomeadamente em Bissorã (71,06 %) onde 77% da população é Balanta, Bigene/Buba (51,39%) onde 58% da população é Balanta, e Mansoa/Nhacra (44,35%) onde cerca de (74%) da população declara ser balanta, e no Sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74%) onde 61 é Balanta, e Catió (40,93%) onde 65% é de etnia balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de votos nomeadamente em Quinhamel (79,07%), setor onde predomina a etnia Papel (87%); ou ainda o fato de François Mendy ter feito o seu melhor desempenho em em Caió/Canchungo onde predominam os Manjacos (93%), pode dar uma certa razão para falar de voto ético. (SÁ, 2010, p. 31).

Franklin Gomes Correia de Sá (2010) fez boa classificação, sobre as primeiras eleições multipartidárias de 1994, na qual ele tentou dividir votos em percentagem de acordo com grupos étnicos o que levou muitos políticos e população acreditarem que nas eleições existem tribalismo, mas que muitas vezes é visto só nos Balantas, sendo ignoradas outras etnias. Para outro lado segundo autor, não se pode afirmar absolutamente que existe tribalismo nas eleições, por exemplo, se formos analisar o caso das mesmas eleições em Tite e

Fulacunda, que é o outra região da Guiné-Bissau, sendo um dos círculos onde Kumba Iala foi massivamente votado, também existem outras etnias, como os Beafadas (30%), os Fulas (16%) e pais (5%), Nalus e Sossos; Boubacar Djaló é fula, mas não teve mais do que (3,97%) dos votos em Gabú, enquanto que Nino, um Papel, realizou uma grande vitória de 55,9% e Domingos Fernandes, um Mancanha, conseguiu um dos seus maiores campos de votos nesta região onde predominam os Fulas.

Portanto, vale a pena ressaltar que a instabilidade da Guiné-Bissau não iniciou hoje, mas sim veio de longe. O PAIGC é o maior partido do país, mas também é onde estão muitas pessoas que lutam para o retrocesso desse país. Por isso, pode-se afirmar que todos os problemas que passaram neste país o autor é o PAIGC, pois existe grande rivalidade e ódio entre os membros desse mesmo partido. Como o caso do atual presidente da república José Mario Vaz, em menos de dois anos do seu mandato exonerou três chefes do governo ambos do mesmo partido. Hoje o país está parado devido o grande jogo da rivalidade interna entre ala do presidente da república e ala do presidente do PAIGC também ex-chefe do governo exonerado pelo o presidente. Com isso, nos leva a lembrar das duas outras alas já apresentadas (luso-africanos e etnorurais) que eram as grandes rivais que por fim acabou por justificar o golpe de 1980 que deu na separação dos dois países. Com isso, percebe-se que o PAIGC precisa de uma reforma profunda, pois sem ela o país vai ter que levar muitos ainda além dos seus quarenta para poder encontrar o seu verdadeiro destino.

Tendo em conta vários golpes que já passaram na Guiné-Bissau, no capítulo seguinte serão abordadas especificamente sobre o último golpe que foi no dia 12 de abril de 2012, procurando compreender as razões que o motivou.

Este capítulo tem por objetivo tratar do golpe de Estado que ocorreu em 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau, e destacar os interesses que motivaram as mediações feitas pelos organismos internacionais e africanas. Para tanto, debruçar-se-á sobre o processo do golpe em si, as mediações do conflito CPLP, UA e CEDEAO e as razões da presença de Angola e a Nigéria em 12 de abril na Guiné-Bissau.

5.1 GOLPE DE 12 DE ABRIL DE 2012

A Guiné-Bissau desde a sua independência não conseguiu manter a democracia, quase passou os seus 43 anos pelos momentos complexos e de sucessivos golpes, nos quais muitas pessoas foram mortas pelo ódio e desconfiança. Como no caso de 16 de outubro de 1986, muitos oficiais militares, maioria da etnia balanta, foram assassinados. O último golpe de 12 de abril de 2012 foi diferente dos anteriores porque não houve derramamento de sangue.

Nessa linha leciona Sousa (2013):

No dia 12 de Abril de 2012, as Forças Armadas ocuparam a televisão e rádio nacional, a sede do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e atacaram com morteiros e granados a residência do Primeiro ministro. O Presidente da República interino, Raimundo Pereira foi preso na sua residência por militares, tal como o Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. Apesar da gravidade dos ataques não houve derramamento de sangue. (2013, p. 89).

A citação acima mostra como as forças armadas atacaram com morteiros e granadas a sede do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.

O golpe de 12 de abril foi forjado, porque para quem vivia na Guiné-Bissau principalmente em Bissau capital, no momento não ficaria surpreso com esse golpe. Era muito visível que teria problemas, porque foi nas vésperas da 2ª volta das eleições presidenciais na qual o Carlos Gomes Junior saiu como vencedor da 1ª volta que o Kumba Iala do PRS contestou essa derrota e também estavam os militares de MISSANG que eram ameaça para o comando militar guineense isso tudo acabou por dar nesse golpe.

O período de eleições presidenciais, e os resultados tinham ditado à vitória na 1ª volta de Carlos Gomes Jr. (PAIGC), sem maioria absoluta, o que implicaria uma 2ª volta com kumba Ialá (PRS), o segundo candidato mais votado. Um mais que previsível triunfo de Carlos Gomes Jr. e a presença de tropas angolanas no terreno

eram fatores de risco para a estabilidade do país, uma vez que as Forças Armadas não viam com bons olhos este cenário. (SOUSA, 2013, p. 89).

O Carlos Gomes Junior já tinha planejado de antemão o seu projeto por isso, trouxe os militares angolanos que não tinham algo para fazer no país, mas sim para proteger os seus negócios, fingindo-se que não se sentia seguro. Mas não sabia que a presença desses militares angolanos seria ameaça para os militares guineenses.

[...] Soares Sambú ex-ministro de negócio estrangeiro declara à imprensa que seria criada uma sociedade anônima de capital comum, acrescentando que a empresa Bauxite Angola concederia ao governo guineense 13 milhões de dólares depois de determinados os prazos de pagamento pelas duas partes. [...] A sociedade teria três acionistas, nomeadamente uma empresa pública guineense, com 10 por cento das ações, a outra angolana, com 20 por cento, e a Bauxite Angola, com os restantes 70 por cento. A empresa Bauxite Angola deve ainda comercializar e explorar o mineral e será autorizada a explorar outros minerais do subsolo do país. De acordo com o ministro guineense, estima-se que as reservas de jazidas de Bauxite na região de Boé atinjam 110 milhões de toneladas, (MACAUHUB, 2012).

5.2 MEDIAÇÕES DO CONFLITO: CPLP, UA E CEDEAO

O golpe de 12 de abril de 2012 teve reação interna e externa. Internamente os golpistas tiveram o seu maior apoio da parte do segundo maior partido do país o Partido da Renovação Social (PRS) e outros pequenos partidos afastados do poder, bem como alguns membros do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O Sousa (2013) destaca que a população desaprova e, já está cansada de mais violência, mostrava-se expectante. As manifestações organizadas contra o golpe foram fortemente reprimidas. Internacionalmente a condenação do golpe foi generalizada e nos dias seguintes as declarações das organizações internacionais sucederam-se. Destacam-se as reações contundentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Europeia (UE), da União Africana (UA), das Nações Unidas (NU), exigindo o retorno imediato e incondicional à ordem constitucional, a conclusão do processo eleitoral e a aplicação de sanções aos golpistas.

Neste contexto Sousa (2013) destaca:

Na sequência das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi adotada a Resolução 2048, exigindo o afastamento de comando militar no poder e o restabelecimento da ordem constitucional, bem como um anexo com a lista de militares sobre os quais recaiam sanções. (SOUSA, 2013, p. 92).

A reação contra o governo golpista pelas comunidades internacionais trouxe grande dúvida aos líderes golpistas de como eles governariam o país sem apoio internacional. Com isso, começaram buscar as soluções para ultrapassar as crises, na qual optaram em buscar ajuda junto da CEDEAO e os seus doadores tradicionais o exemplo do Irão. Esta ajuda conseguiu fazer os líderes golpista darem um suspiro de esperança. Por que de fato, tinham um grande peso nos ombros, que sem apoio da CEDEAO e outros doadores tradicionais ninguém saberia dizer o que aconteceria, mas é claro que seria desastre para este governo e para o povo que sempre foi vítima destes tipos de acontecimentos sucessivos.

Atualmente, são poucos os doadores presentes no terreno comparativamente com outros países da África Subsaariana, o que reflete a pouca prioridade regional da Guiné-Bissau nas agendas de política externa dos doadores e os sinais de cansaço destes (donor fatigue), condenando O país à categoria de "donor orphan" da comunidade internacional. (CORREIA, 2008, p. 86).

Portanto, a reação do golpe pela comunidade internacional ameaçou os golpistas. A resolução de 2048 do Conselho da Segurança das Nações Unidas exigiu a ordem constitucional, isto é, organizar as eleições e também pediu a sanção dos militares considerados líderes do golpe. Estes tipos de instabilidades sucessivas levou o país a perder os seus doadores. Muitos investimentos que podiam beneficiar o país foram desviados devido a fragilidade que sempre se encontra nesse país.

A intervenção da comunidade internacional em um país tem sempre as suas consequências que podem ser benéficas ou malélicas dependendo de quem está beneficiando. Porque quando a comunidade internacional participa no conflito de um país, é porque sempre tem interesse em jogo. Como podemos ver exemplos de muitos países que depois da intervenção da força estrangeira passaram por muitas dificuldades o exemplo da Líbia, Iraque e dentre outros. Esses países hoje estão em uma situação terrível, muitos mortos, e miséria extrema.

Por detrás do apoio concedido por Angola estão os seus interesses estratégicos e econômicos, por um lado a aspiração de alargar a sua área de influência e por outro, o acesso a novas matérias-primas. As jazidas de bauxite (estimadas em 110 milhões de toneladas) e fosfato despertam a atenção de vários países e Angola procura posicionar-se de forma a obter a sua exploração. Angola negociou em 2009 com a Guiné-Bissau a criação da sociedade Bauxite Angola, pertencente na sua maioria à companhia pública angolana Sonangol. (SOUSA, 2013, p. 91).

Na citação acima o autor deixa bem claro que o apoio concedido por Angola tem por detrás os interesses estratégicos e econômicos e por outro lado em expandir a sua área de

atuação. Angola desde sempre tinha o seu interesse em criar uma base militar forte para poder facilitar o seu negócio. O olho do angolano estava nas matérias primas (bauxita), fingindo-se de anjo bom para salvar ou trazer a paz e estabilidade para a Guiné-Bissau, mas que por fim estas estratégias foram descobertas pelos militares guineenses logo os militares angolanos tinham que abandonar e voltar para o seu berço.

Por fim, pode-se perceber que os conflitos constantes encontrados na Guiné-Bissau são os que estão a fazer o país a voltar atrás a cada dia. Durante o conflito sempre há quem queira se aproveitar, como o caso de Angola. Mas, também é bom ressaltar que a Guiné-Bissau não tem líderes patrióticos com espírito do bem coletivo. O Carlos Gomes Junior não pensava para o bem do país, mas sim do seu negócio. Ele se preocupava mais com o seu negócio, isso o levou a não acreditar mais nos militares guineenses, pois tinha que procurar os militares angolanos para assegurar o negócio que ambos se envolvem.

5.3 RAZÕES DA PRESENÇA DE ANGOLA E NIGÉRIA EM GUINÉ-BISSAU EM 12 DE ABRIL DE 2012

Ao se referir sobre o golpe de 12 de abril de 2012 em Guiné-Bissau, não se pode deixar sem falar das razões ou motivações da presença de Angola e Nigéria como potências africanas que tanto disputaram posições opostas para a Guiné-Bissau, o país que é considerado um dos mais pobres do mundo. É claro que, tanto Angola como a Nigéria tinham por detrás os seus interesses. São eles econômicos e alargamento da área da influência, mas por fim a Nigéria acabou por sair vencedor com apoio da CEDEAO.

A participação de Angola no processo de reforma de segurança na Guiné-Bissau, com presença no terreno desde Janeiro de 2011, surge segundo as duas autoridades na sequência dos estreitos laços entre os dois países, das afinidades existentes entre os seus movimentos de libertação e na vontade de ajudar um país irmão. Esta retórica tem, no entanto, pouco a ver com a realidade. Por detrás do apoio concedido por Angola estão os seus interesses estratégicos e econômicos, por um lado à aspiração de alargar a sua área de influência e por outro, o acesso a novas matérias-primas. (SOUSA, 2013, p. 90).

Nesse sentido, percebe-se que Angola não tinha boa intenção em ajudar a Guiné-Bissau em resolver seus problemas, mas sim, em explorar seus recursos naturais. Para quem acompanhava a política angolana no momento, entenderia bem ou rápido que Angola está lutando para alargar mais a sua área da influência e crescimento da sua economia. Mas, como

na Guiné-Bissau tem políticos que não pensam para o povo, mas sim por eles mesmos, fica fácil de aceitar esse tipo de proposta que nunca tem benefício para o país, a vítima sempre é o povo que os elegendem.

O interesse de Abuja (Nigéria) na Guiné-Bissau fundamenta-se, em grande parte, pela proximidade geográfica e a inclusão do pequeno país na esfera de influência da grande potência regional. A Nigéria é o Estado-membro mais ativo e que mais contribui para a CEDEAO, tendo todo o interesse em continuar a sê-lo. A CEDEAO proporciona a Abuja uma maior capacidade para exercer influência sobre os países da África Ocidental, permitindo-lhe também projetar a sua política externa através de um enquadramento regional. Além disso, garante-lhe maior espaço de manobra para conter, monitorizar e contrabalançar a presença dos maiores rivais africanos na sua esfera de influência. (SANTOS, 2015, p. 2).

Entende-se que o envolvimento das duas potências africanas (Nigéria e Angola) no Golpe Militar de 12 de abril de 2012 em Guiné-Bissau está na grande parte, no alargamento dos espaços para suas influências. Com isso, percebe-se que na política não tem favores, mas sim troca dos bens que na maioria das vezes os países com menor economia acabam por sofrer mais. O país estava dividido em duas partes, a Nigéria apoiada pela CEDEAO e Angola pela CPLP, portanto esse conflito deixou bem claro a rivalidade existente entre as duas grandes potências. A Nigéria como a maior financiadora da CEDEAO não deu abaixo em defender a Guiné-Bissau, a qual saiu vencedora e deixou grande dor para Angola.

É muito importante entender que a presença de um país estrangeiro noutra no momento do conflito (ou não), tem vários objetivos que o governo em conflito deve entender. Muitos países foram destruídos pelo envolvimento externo que maioria das vezes vem só para explorar bens naturais que em vez de ajudar acaba por subdesenvolver ainda mais. Por isso, os guineenses devem saber resolver seus problemas, percebendo que o melhor não vem de fora, mas sim vem de dentro, isto é, o esforço e a vontade dos políticos.

O envolvimento destes atores no pequeno país lusófono da África Ocidental levou à emergência de uma pouco habitual confrontação geoestratégica na região subsaariana. Posto isso, cabe analisar o real interesse das grandes potências subsaarianas na Guiné-Bissau e as dinâmicas entre essas, procurando assim perceber se o que está atualmente em jogo tem potencial para, no futuro próximo, mergulhar o país numa nova espiral de instabilidade. (SANTOS, 2015, p. 2).

Na citação acima autor deixa bem claro que o envolvimento das duas potências africanas na Guiné-Bissau, tem potencial para, no futuro próximo, mergulhar o país em uma nova espiral de instabilidade. Com isso, entende-se que a solução para o problema da Guiné não está no estrangeiro, mas está nas mãos dos próprios guineenses, em especial os líderes. É

vergonha enorme vendo os líderes guineenses indo para o estrangeiro em busca de soluções para o problema do país, como o caso do presidente em exercício José Mario Vaz (JOMAV) que foi para Guiné Conakry para encontrar solução do impasse político no país, desacreditando-se e nos outros, encontrar solução no país.

Por fim, vale a pena ressaltar que a Guiné-Bissau perdeu o seu destino devido os tipos de filhos que tem muitos não pensam para o bem desse país, só se preocupam com seus interesses próprios esquecendo o humilde povo que os elege. O país cresceu debaixo de sucessivos golpes que foram todos planejados pelos corruptos filhos desse país que só vivem da política. O Golpe Militar de 12 de abril de 2012 não trouxe algo para Guiné, porém foi motivado por Carlos Gomes Jr. trouxe militares angolanos para facilitar o seu negócio que acabou por motivar a revolta dos militares guineenses.

5.3.1 Mediação da CPLP e CEDEAO

Segundo Jérémie Nicolae Dron (2015), para entender a reação da Sociedade Internacional frente ao quinto Golpe Militar em Guiné-Bissau desde sua independência, considerarem dois atores influentes principais regional ou internacionalmente e observaremos suas posições respectivas: a CPLP e a CEDEAO.

Para Dron, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reúne os Estados-Membros Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste com o objetivo de aprofundar a amizade mútua e cooperação entre seus membros. Esta condenou de maneira pesada o golpe, respeitando os fundamentos da doutrina Tobar e negando reconhecimento ao governo de transição formado, porém mantendo seu reconhecimento ao Estado de Guiné-Bissau e sua soberania territorial. Mesmo assim, existem diferenças entre os países que a compõe e o Brasil se colocou em posição de amenizar os posicionamentos em particular de Angola e Portugal à medida que uma volta à ordem constitucional pareceria cada vez menos provável e que se torne então válido apoiar a realização de novas eleições. Mas Portugal e Angola fizeram muita pressão sobre os outros membros da CPLP para manter absoluta intolerância no reconhecimento do novo governo.

Segundo esse autor, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é composta por 15 países (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo). Criada pelo Tratado de Lagos em 1975, ela busca promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Sete desses países, inclusive a Guiné-Bissau

adotaram uma moeda única, o Franco CFA ocidental. Em contraponto à CPLP, a CEDEAO optou por dar prioridades a seus interesses particulares ao reconhecer o governo golpista. Em particular, a Nigéria quis contrapor a posição da Angola (e conseqüentemente da CPLP), que tinha investido muito (financeiramente e com tropas), interessada nas minas de bauxita e na construção de um porto em águas profundas em Buba, disputando diretamente com a Nigéria.

5.3.2 O papel do Brasil durante o golpe de abril de 2012

Após ter atuado de maneira significativa no Haiti, pouco a pouco o Brasil, segundo artigo da Folha de São Paulo publicado em 04/05/2014, “aposta na Guiné-Bissau como nova vitrine internacional do país”. Isso se traduz por vários projetos de cooperação desenvolvidos em processos bilaterais ou multilaterais. Na área da educação profissional com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na área da formação policial e diplomata e apoio a projetos de saúde, (combate ao HIV/AIDS somando um investimento de 6,8 milhões desde 2002). Obviamente, com o Golpe Militar a cooperação foi suspensa e só está sendo retomada nesse momento, enquanto novas eleições aconteceram e um novo governo legítimo assumiu (DRON, 2014).

A política externa brasileira define dois objetivos principais: a manutenção dos princípios constitucionais de soberania e o engajamento na promoção da democracia em todas as esferas que está criando relações diplomáticas, como é o caso com a Guiné Bissau na CPLP. O Brasil atua nessa promoção de Direitos Humanos e de fortalecimento de instituições públicas.

O autor explica que a liderança na configuração da *Peace Building Commission* da ONU (órgão consultivo intergovernamental das Nações Unidas que apoia os esforços de paz em países que passaram por conflitos) tem aumentado o envolvimento do Brasil com segurança e desenvolvimento no país, mesmo que os interesses econômicos brasileiros – presentes em outras partes da África – são no momento limitado pela instabilidade política.

Além disso, e em contraste com as abordagens americanos e europeus, o Brasil hesita a reduzir a Guiné-Bissau a um simples rótulo de “narco-estado” – mesmo que o Brasil reconhece que o tráfico de drogas tornou-se uma das ameaças para a estabilidade e desenvolvimento. Em vez de tratar apenas de segurança, no sentido estreito de conter o narcotráfico, o Brasil também chama atenção para a necessidade de atividades de

desenvolvimento estruturais e sociais que podem ajudar a prevenir o ressurgimento da violência.

Por fim, Dron (2015) destaca que a atividade brasileira na cooperação sul-sul e os projetos desenvolvidos com a Guiné Bissau mostram o interesse do Brasil de pleitear a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU ou à reforma da instância. Nesse sentido, o Brasil atribuiu ao Conselho de Segurança da ONU um papel fundamental para a paz na Guiné-Bissau.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a geopolítica da África subsaariana a partir do Golpe Militar de 12 de abril de 2012, na Guiné-Bissau o que levou as disputas das grandes potências da África Subsaariana, manifestadas pela presença de Angola e Nigéria, mediada pela CPLP, UA e CEDEAO.

De um modo geral, para o entendimento de conflito militar de 12 de abril de 2012, que aconteceu na Guiné-Bissau, era necessário analisar o contexto da geopolítica da África Subsaariana que envolveu as grandes potências africanas, a Nigéria apoiando o Governo Golpista enquanto Angola apoiando o Governo deposto liderado pelo Carlos Gomes Junior, o que mostra que era uma disputa econômica e alargamento do espaço comercial para estas potências.

A pesquisa demonstra que a Guiné-Bissau não é tão pequena como se podem imaginar devido as suas grandes riquezas naturais não exploradas. O pequeno país africano detém quantidades de substanciais de recursos naturais e em larga medida inexplorados como petróleo, bauxita, fosfato, ouro, urânio, níquel e outros, oferece boas oportunidades de uma economia subdesenvolvida e goza de uma localização estratégica com implicações para a segurança e estabilidade regional e internacional. Ela se situa no caminho entre a América do Sul e a Europa, bem como na porta de entrada para o Golfo da Guiné.

Portanto, os interesses econômicos foram o motivo principal para a intervenção da Nigéria e Angola durante o Golpe Militar de 2012. Porém a ala apoiada pela Nigéria saiu vencedora durante o golpe. Portanto, o projeto angolano foi interrompido, mandando embora os militares da Missão Angolana (MISSANG) que tinham por objetivo manter a segurança durante a exploração da bauxita onde Angola ficaria com a maior parte do lucro.

Com análise bibliográfica a partir das ideias dos autores da política e relações internacionais, foi possível identificar os interesses econômicos que estão por detrás da Nigéria e Angola. Esses interesses foram objetivos principais para o seu envolvimento no Golpe Militar de 2012 na Guiné-Bissau, que pôs o fim ao governo de Carlos Gomes Jr. que foi o principal facilitador da MISSANG.

Dada à importância do tema, torna-se necessário a realização dos projetos voltados para a integração dos países da África Subsaariana e os seus espaços no sistema internacional.

Neste sentido, esses projetos mostrariam a realidade vivenciada pelos países da África Subsaariana, de certa forma ajudarão na compreensão da geopolítica usada como estratégia

das grandes potências africanas em especial a Nigéria e Angola, os maiores rivais, para os países da pequena potência como o caso da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. S. **Uma breve história da geopolítica**. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada no III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BINIMELIS, C. Q. **Sobre as Origens da Geopolítica Alemã**. Rio de Janeiro: 2006.
Disponível em:
<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs2.4.3/index.php/intellector/article/view/79/49>. Acesso do em: 27 abr. 2017.
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder**: sociología de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1974.
- CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, A. I. C. **Guiné-Bissau: integração regional da CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP**. Portugal, 2014.
- FASI, Muhammad,; UNESCO. **História geral da África III: África do século VII ao XI**. São Paulo: Cortez, 2010.
- COLVEIRO, R. B. “**baju su real protección**”: as relações internacionais e geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata, 1808-1812. Porto alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CORREIA, A. **política-segurança-desenvolvimento na Guiné-Bissau**, 2008.
- CORREIA, P.D.P. **Manual de geopolítica e geoestratégica, v. 1: conceitos, teorias, doutrinas**. Coimbra: Edições Almeida Sá, 2010.
- COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder**. 2. Ed. São Paulo: USP, 2008.
- CUCO, A. F.; VIANA, J. P. **Os modelos de inserção internacional na África e as consequências internas e internacionais de sua aplicação**. Porto Alegre, 2015.

DIOP, M. et al. **A África tropical e a África equatorial: in história geral da África.** Brasil, V.III, 2010.

FIORIN, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____ **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo. Boitempo, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará, 2002.

FONT et al. **Geopolítica, identidade e globalização.** São Paulo: Annablume: Ariel, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo, 2010.

HERNANDES, L. M. C. L. **Os filhos da terra do sol a formação do estado-nação em Cabo Verde.** São Paulo, 2002.

HUGON, P. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KUASSANI, E. K. **A África e a organização das Nações Unidas: in história geral da África. VIII.** Brasília, 2010.

LUIGI (ORGANIZADORES), C. P. R. **Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea.** Rio de Janeiro: impresso no Brasil, 2010.

M´BOKOLO, Elikia; CALLENNEC, Sophie Le; BAH, Thierno (Colab.). **África Negra: história e civilizações: Tomo II (Do século XIX até nossos dias).** São Paulo: 2015.

NASCIMENTO, S. D. S. **A geopolítica e a sua importância para o comércio exterior brasileira,** 2013.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica-prática.** São Paulo, 2004.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.

SÁ, F. G. C. Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau. Porto Alegre: 2010. Disponível

em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26408?show=full>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SANTOS, E. S. O conceito da geopolítica: uma aproximação histórica e evolutiva: parte 1, 2007.

SANTOS, G. P. A centralidade da geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau. Lisboa: 2015.

Sequência dos acordos entre a guiné-bissau e angola: Bauxite, Fosfatos, Porto de Buba. Disponível em:< <http://www.gbissau.com/?p=2085>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

SEQUEIRA, T. F. Como elaborar o projeto de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, 2007.

SOUSA, M. G. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. 2013.

VISENTINI, P. F. A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

WONDJI, C. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990: IN: BOAHEN, Adu Albert. História geral da África VII: África sobdominação colonial, 1880-1935. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.